

## AS POLÍTICAS DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E O PROÁLCOOL NO BRASIL

Alex Torres Domingues<sup>1</sup>  
*alexjanjao@yahoo.com.br*

Sílvio Carlos Bray possui formação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp – Rio Claro), onde cursou Geografia (1970), logo após realizou seus estudos de pós-graduação, tanto em nível de mestrado (1975) como de doutorado (1980) em Geografia na Universidade de São Paulo (USP) e, por último concluiu livre-docência em Desenvolvimento Rural pela Unesp – Rio Claro em 1990. Atua como professor titular na Unesp-Rio Claro.

Enéas Rente Ruas possui formação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp – Rio Claro), onde cursou Geografia (1980), bem como realizou o mestrado em Geografia pela mesma universidade (1988). Cursou o doutorado em Engenharia de Transporte na USP (1995) e, por último, tornou-se Livre-docente em Transportes pela Unesp-Rio Claro (2007). Atua como professor adjunto na Unesp-Rio Claro.

Davi Guilherme Gaspar Ruas possui formação em Engenharia Agrônômica (1975) e mestrado em Economia Agrária (1978) pela Universidade de São Paulo. Cursou o doutorado em Geografia (1997) pela Unesp-Rio Claro. Atua como professor associado I na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

O livro resenhado consiste numa contribuição ao estudo das políticas públicas voltada ao setor canavieiro e seus reflexos em várias regiões do país desde as primeiras tentativas de produção do álcool combustível.

Traz um levantamento histórico sobre as ações do Estado brasileiro no controle e direcionamento, por meio de intervenções, da política açucareira e alcooleira nacional desde o início do século XX. Também, mostra os motivos, dentre eles as ações estatais, que levaram a transição da produção canavieira do Nordeste para o Centro-Sul do país, principalmente o estado de São Paulo.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados e professor da mesma universidade.

Oferece como questão norteadora uma análise da implantação do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) em suas diferentes fases, desde a criação do programa até os anos de 1990. Todavia, elenca as crises (preços, superprodução, etc.) que o setor resistiu desde os canaviais do Nordeste até São Paulo.

No primeiro capítulo o livro relembra as origens e as influências das ações e intervenções do Estado para o setor canavieiro. Inicia mostrando as primeiras tentativas de consumo do açúcar e do álcool, de consumo doméstico a produto energético. Depois analisa o deslocamento da produção em larga escala deste produto do Nordeste para o Centro-Sul. Logo após, explica sobre a criação de instituições governamentais para fundamentar o setor, como: a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar (CPDA) e o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), além da regulamentação do Estatuto da Lavoura Canavieira para os trabalhadores do setor.

Já no segundo capítulo os autores trazem para a discussão o período de crescimento, consolidação e modernização das unidades canavieiras, produtoras de açúcar e álcool, tomando como base o intenso crescimento do setor para fundamentar a sua transferência para o Centro-Sul. Como processo de modernização do setor, o livro traz como ponto forte para argumentação a abertura do mercado externo e, conseqüentemente, o avanço da capitalização das agroindústrias canavieiras.

No terceiro capítulo, discute-se a questão norteadora da obra, que é a criação do PROÁLCOOL, seus caminhos e descaminhos, como os próprios autores dizem. Neste, também destaca as diversas fases do programa, como a primeira (1975-1979), a segunda (1980-1985) e a terceira fase (pós 1986), além de analisar o que tais fases acarretaram no processo de crescimento do setor.

No quarto capítulo a argumentação foca-se mais sobre o decurso de consolidação do setor no estado de São Paulo, com a criação do PRÓ-OESTE (Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo) durante segunda fase de implantação do PROÁLCOOL e do Conselho Estadual de Energia (pós 1984). Este plano definiu como área prioritária para a implantação de unidades canavieiras, o Pontal do Paranapanema.

A presente obra levanta a discussão sobre a presença fortíssima do Estado no processo de crescimento econômico das unidades canavieiras, além da consolidação e expansão do capitalismo. Seu apoio não é apenas financeiro, como a criação do IAA, mas também amparo “jurídico-institucional-assistencial”, determinado pelo aparecimento do

Estatuto da Lavoura Canavieira em 1941 e auxílio tecnológico<sup>1</sup>, caracterizado pela criação, em 1969, da Estação Experimental de Cana de Araras e do Laboratório de Análises em Piracicaba, ambos no Estado de São Paulo.

Ao compararmos a situação discutida pela obra e a realidade atual, notamos que a situação não mudou muito, pois o Estado continua regulando, regulamentando, implementando e incentivando ainda mais a expansão do setor canavieiro, com valores cada vez mais altos.

Portanto, a obra em questão de Bray, Ferreira e Ruas nos chama ao debate sobre as políticas voltadas ao setor canavieiro, o papel do Estado para com o setor, e os seus reflexos para a expansão não somente das unidades canavieiras, mas também para o capital agroindustrial canavieiro como um todo. Por isso consideramos a presente obra um referencial de estudos importante para entendermos a relação capital agroindustrial e Estado.

### **Bibliografia**

BRAY, Sílvio Carlos; FERREIRA, Enéas Rente; RUAS, Davi Guilherme Gaspar. **As Políticas da Agroindústria Canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil**. Marília/SP: Unesp-Marília, 2000. 104p

---

<sup>1</sup> A fase tecnológica foi decisiva para a consolidação do desenvolvimento capitalista resultando no Decreto-lei nº 1.186 de 1971, que estimulou a fusão e/ou incorporação de unidades canavieiras e legalizou os mecanismos de concentração de terras e/ou rendas no setor agroindustrial canavieiro nacional. (p. 55)